

BO LE TIN

Observa
Desigualdades

Bo le Ti

Observa
Desigualdades

Reitor

José Daniel Diniz Melo

Vice-Reitor

Henio Ferreira de Miranda

Diretoria Administrativa da EDUFRN

Maria da Penha Casado Alves (Diretora)

Helton Rubiano de Macedo (Diretor Adjunto)

Bruno Francisco Xavier (Secretário)

Conselho Editorial

Maria da Penha Casado Alves (Presidente)

Judithe da Costa Leite Albuquerque (Secretária)

Adriana Rosa Carvalho

Anna Cecília Queiroz de Medeiros

Cândida de Souza

Fabrcio Germano Alves

Francisco Dutra de Macedo Filho

Gilberto Corso

Grinaura Medeiros de Moraes

José Flávio Vidal Coutinho

Josenildo Soares Bezerra

Kamyla Álvares Pinto

Leandro Ibiapina Bevilaqua

Lucélio Dantas de Aquino

Luciene da Silva Santos

Marcelo da Silva Amorim

Marcelo de Sousa da Silva

Márcia Maria de Cruz Castro

Marta Maria de Araújo

Martin Pablo Cammarota

Roberval Edson Pinheiro de Lima

Sibele Berenice Castella Pergher

Tercia Maria Souza de Moura Marques

Tiago de Quadros Maia Carvalho

Secretária de Educação a Distância

Maria Carmem Freire Diógenes Rêgo

Secretária Adjunta de Educação a Distância

Ione Rodrigues Diniz Moraes

Coordenadora de Produção de Materiais Didáticos

Maria Carmem Freire Diógenes Rêgo

Coordenadora de Revisão

Aline Pinho Dias

Coordenador Editorial

José Correia Torres Neto

Gestão do Fluxo de Revisão

Rosilene Paiva

Conselho Técnico-Científico – SEDIS

Maria Carmem Freire Diógenes Rêgo – SEDIS (Presidente)

Aline de Pinho Dias – SEDIS

André Moraes Gurgel – CCSA

Antônio de Pádua dos Santos – CS

Célia Maria de Araújo – SEDIS

Eugênia Maria Dantas – CCHLA

Ione Rodrigues Diniz Moraes – SEDIS

Isabel Dillmann Nunes – IMD

Ivan Max Freire de Lacerda – EAJ

Jefferson Fernandes Alves – SEDIS

José Querginaldo Bezerra – CCET

Capa e diagramação

Brisa Gil

Coordenação

Mariana Mazzini Marcondes

Autorias (em ordem alfabética)

Ana Raquel Cavalcante de Lima

Cassiano José Bezerra Marques Trovão

Clara Carolina Cândido do Nascimento

Kyara Maria de Almeida Vieira

Luana Junqueira Dias Myrrha

Mariana Carla Pontes Silva

Mariana Mazzini Marcondes

Rafaela da Silva Freire

Arte do Farol

Jeferson Luís Pires Rocha

Projeto Gráfico

Brisa Gil

Sumário

OBSERVADESIGUALDADES

- **07** Editorial
- **10** Monitorando desigualdades
- **26** Palavra Solta:
pensando sobre desigualdades
- **38** Farol

ObservaDesigualdades

RE!

FI

OR

TE

UB

ES

O Observatório das Desigualdades (DAPGS/PPGP/CCSA/UFRN) é um projeto de extensão que foi criado em 2020. Nosso objetivo é produzir e difundir conhecimento para o enfrentamento às desigualdades, por meio de cursos, eventos, concursos, publicações e outras atividades. Assim, acreditamos que é possível utilizar a informação como uma aliada para promover mudanças sociais, construindo igualdade racial, de gênero/sexualidade, de classe e territorial, além da inclusão de pessoas com deficiência e das comunidades indígenas e quilombolas, dentre outros grupos historicamente marginalizados.

Hoje, chega a você a **2ª edição do boletim Observa-Desigualdades**. Periodicamente, nosso boletim está disponível com conteúdo diversificado para te convidar a pensar e agir em relação às desigualdades. Esta edição foi construída por estudantes do curso de Administração da UFRN, que participam de uma atividade de extensão do Observatório das Desigualdades para construir suas publicações. Mais uma vez, contamos com parcerias muito especiais na construção do conteúdo do boletim, que passamos a apresentar nos próximos parágrafos.

A seção **Monitorando as Desigualdades** é dedicada a um panorama dos indicadores sociais sobre desigualdades, olhando para o Brasil, Nordeste e, sempre que possível, para o Rio Grande do Norte. Nesta edição, em “**Mercado de trabalho no Brasil e no Rio Grande do Norte: um retrato de desigualdades**”, os dados mais recentes sobre mercado de trabalho da Pesquisa Nacional por Amostra de

clique nos ícones para acessar nossos canais de conteúdo e contato:



Domicílios Contínua (PNAD Contínua/primeiro trimestre de 2021) são analisados por **Clara Carolina Cândido do Nascimento, Mariana Mazzini Marcondes, Luana Junqueira Dias Myrrha e Cassiano José Bezerra Marques Trovão.**

A seção **Palavra solta: pensando sobre desigualdades** tem como objetivo compartilhar problematizações construídas a partir de cursos e eventos do Observatório. Nesta edição, o texto “**Descomplicando Gênero e Sexualidades: uma introdução**” foi construído por **Rafaela da Silva Freire, Ana Raquel Cavalcante de Lima, Kyara Maria de Almeida Vieira e Mariana Mazzini Marcondes** a partir da “2ª Edição do Conversatório – Descomplicando Gênero e Sexualidades: a contribuição dos Movimentos LGBTQI+”.

Finalmente, em **Farol, Mariana Carla Pontes Silva** apresenta informações sobre o que aconteceu e o que vai acontecer no Observatório, datas importantes e dicas culturais. As dicas, nesta edição, são dedicadas aos Movimentos LGBTQI+.

Boa leitura!



El
tor
ando
desigual
dades

MERCADO DE TRABALHO NO BRASIL E NO RIO GRANDE DO NORTE: um retrato de desigualdades

Clara Carolina Cândido do Nascimento

Graduanda em Administração pela UFRN e integrante do Observatório das Desigualdades - UFRN

Mariana Mazzini Marcondes

Professora de Administração Pública e Gestão Social - UFRN e coordenadora do Observatório das Desigualdades - UFRN

Luana Junqueira Dias Myrrha

Professora de Demografia e Ciências Atuariais da UFRN e integrante do Observatório das Desigualdades - UFRN

Cassiano José Bezerra Marques Trovão

Professor da Pós-Graduação em Economia do Departamento de Economia da UFRN¹

INTRODUÇÃO

O trabalho é essencial para produzir e reproduzir as nossas condições de vida. É por meio dele que nós, pessoas humanas, podemos sobreviver, garantir a sobrevivência de outras pessoas e, assim, garantir nossa própria existência. Por trabalho, entendemos aqui o amplo conjunto de suas expressões, incluindo os trabalhos remunerados e não remunerados, com ou sem vínculo formal de trabalho, os realizados no campo ou na cidade, em casa ou em espaço público.

No dia 1º de maio de 2021 vivenciamos mais um Dia Internacional do Trabalho, data que é um marco na luta pelas condições dignas para o exercício do trabalho, em todas as suas expressões, tanto em nível internacional, quanto nacional. Esse dia simbólico no Brasil em 2021, mais uma vez, foi marcado por um cenário de incertezas e crises, em decorrência das condições econômicas, aumento da inflação e da taxa de desemprego, com consequente deterioração das condições de vida e da dignidade humana. Essa realidade é reflexo de uma crise econômica e social, que iniciou em 2015 e foi agravada em 2020 pela crise

¹Agradecemos **Mariana Carla Pontes Silva** pelo apoio na elaboração dos gráficos do texto

sanitária, provocada por uma pandemia, que deixou mais de 500.000 mortos no país e impôs o acirramento das desigualdades que, para serem enfrentadas, demandam políticas e investimentos públicos.

Apesar desse contexto desafiador, o Dia Internacional do Trabalho nos convida a refletir sobre as conquistas que a classe trabalhadora alcançou (e pretende alcançar) e, também, sobre quais são os obstáculos (estruturais e conjunturais) que se colocam à frente e quais as ações necessárias para enfrentá-los.

Nesse contexto, é de extrema importância compreendermos como andam as relações trabalhistas no Rio Grande do Norte (RN), frente ao contexto nordestino e brasileiro, com base nos dados mais atuais. É para contribuir com esta reflexão que o presente texto chega até você, na 2ª edição do Observa Desigualdades. Nosso objetivo é abordar, de forma sintética e informativa, os principais dados do mercado de trabalho no Rio Grande do Norte, no Nordeste e no Brasil na atualidade, refletindo sobre as ações públicas necessárias para enfrentar desigualdades a partir deles.

A análise é realizada, principalmente, com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua), de caráter trimestral (janeiro/fevereiro/março), com base nos dados e nas análises divulgadas pelo IBGE, comparando, sempre que possível, a realidade estadual do RN com a nordestina e nacional e, ainda, o que foi observado para o primeiro trimestre de 2021 em relação a 2019 (ou seja, antes da pandemia)².

MERCADO DE TRABALHO NO BRASIL, NO NORDESTE E NO RIO GRANDE DO NORTE: O QUE OS DADOS NOS DIZEM

O desemprego é um problema que afeta milhares de brasileiras e brasileiros e vem, durante a pandemia, apresentando novos desafios para um projeto de Estado e sociedade verdadeiramente inclusivos. No primeiro trimestre de 2021, a taxa de desocupação no país (14,7%) foi a maior registrada pelo **IBGE** desde 2012, como é possível visualizar no Gráfico 1.

²Para deixar a leitura mais agradável, inserimos as referências por meio do uso de links. É só clicar neles que você acessa a página com as informações. Ao final deste texto as mesmas estão organizadas em uma lista.

Taxa de desocupação do Mercado de trabalho (%)

Brasil (2012-2021)

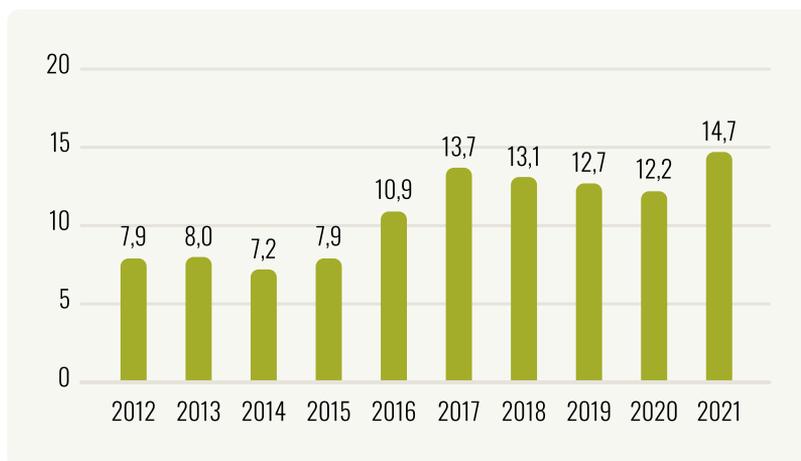


Gráfico 1. Elaboração própria, com base em IBGE (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, 2012-2021, primeiro trimestre).

Se compararmos com o **primeiro trimestre** de 2019, antes do início da pandemia, a desocupação era uma realidade para 12,7% das pessoas no Brasil com 14 anos ou mais, o que significou um aumento de 2 pontos percentuais (p.p.).

A região **Nordeste** foi, juntamente com a região Norte, uma das que mais contribuiu para o aumento da desocupação no Brasil, sendo que a primeira manteve-se como aquela que apresenta o pior resultado (18,6%). Trata-se de um contexto de elevação da desocupação em relação ao mesmo trimestre de 2019 (pré pandemia), quando o desemprego era a realidade de 15,3% nordestinas e nordestinos na força de trabalho (aumento de 3,3 p.p.).

Já no RN, a desocupação atingiu 15,5% da força de trabalho no primeiro trimestre de 2021. Isso significou um aumento de quase 2 p.p. em dois anos, um comportamento semelhante à média nacional, sendo, ainda, ligeiramente melhor que a média nordestina. O gráfico 2 apresenta essa comparação.

Por trás desses números, há múltiplas desigualdades (de gênero, raça, urbano/rural, por região, dentre outras). Os **dados** mostram que a taxa de desocupação brasileira no primeiro trimestre de 2021 foi expressivamente maior

Taxa de desocupação no primeiro trimestre (%)

Brasil, Nordeste e Rio Grande do Norte (2021)

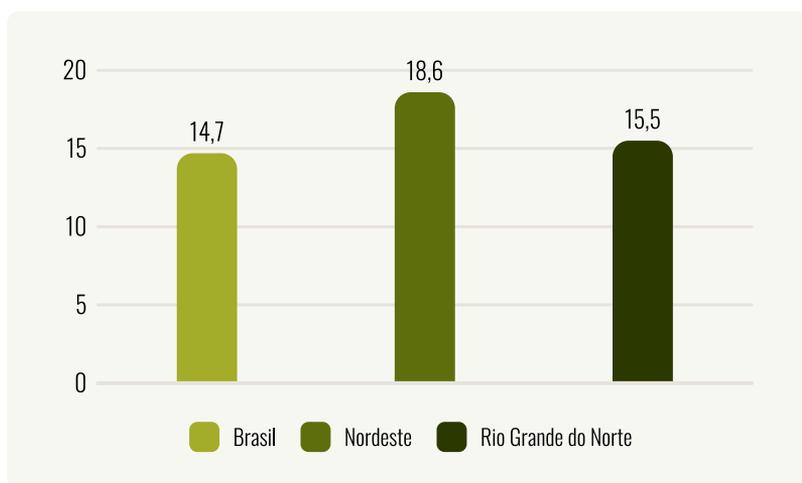


Gráfico 2. Elaboração própria, com base em IBGE (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, 2021, primeiro trimestre).

para as mulheres (17,9%) do que para os homens (12,2%). Se compararmos com a média total do país (14,7%), percebemos uma realidade de desemprego menos grave para os homens do que para as mulheres. É o que é possível identificar no Gráfico 3.

Taxa de desocupação por sexo (%)

Brasil (primeiro trimestre, 2021)

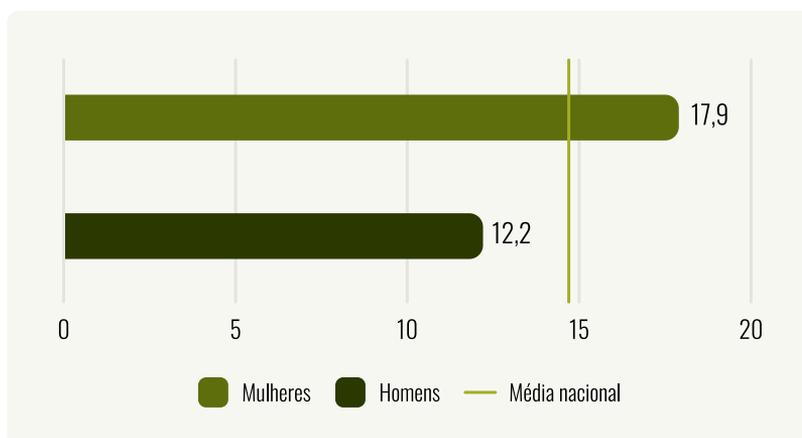


Gráfico 3. Elaboração própria, com base em IBGE (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, 2021, primeiro trimestre).

As desigualdades raciais também demarcam diferenças em relação à desocupação no Brasil. A **taxa de desocupação** das pessoas brancas era de 12%, abaixo da média nacional, o que era muito diferente do resultado para as pessoas negras (pretas e pardas): cerca de 19% para pessoas pretas e 17% para pardas. É o que se pode observar no Gráfico 4.

Taxa de desocupação por cor ou raça (%)

Brasil (primeiro trimestre, 2021)

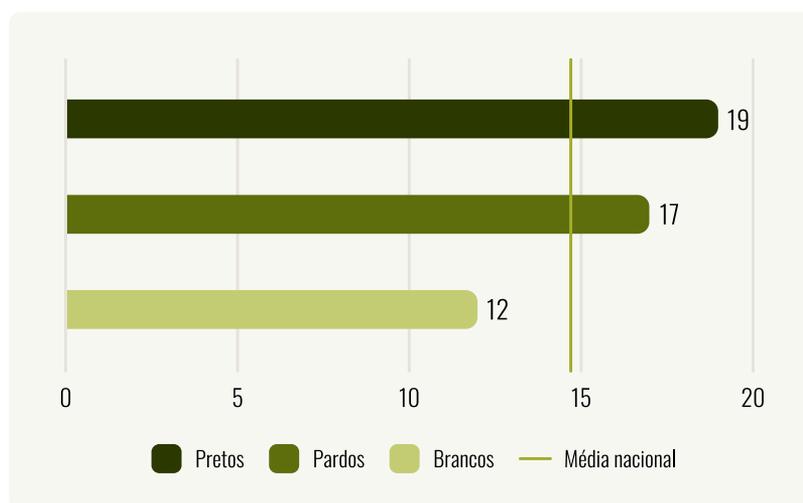


Gráfico 4. Elaboração própria, com base em IBGE (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, 2021, primeiro trimestre).

As diferenças de raça/cor são estruturais e destacadas pelo próprio **IBGE**, ao comparar as realidades vivenciadas por pessoas brancas e pretas quanto a esse indicador: a taxa de desocupação das pessoas pretas é 56,3% maior do que a das brancas.

Ainda sobre desemprego e desigualdades no Brasil, podemos observar o que ocorre com as diferenças de escolaridade. Segundo o **IBGE**, para as pessoas com ensino médio incompleto a taxa de desocupação foi a pior (24,3%), quando comparada a de quem tinha ensino superior incompleto (17%) e completo (7%). Como os dados de escolarização podem dar alguns indicativos para uma análise das desigualdades econômicas, uma vez que as pessoas menos escolarizadas tendem a ter piores condições econômicas. Esses resultados nos indicam que o

desemprego também vem reforçando essas desigualdades, por afetar as pessoas de forma diferente, segundo sua classe social.

Esses dados (desemprego e desigualdades de gênero, raça, classe, etc.) podem ser explicados por múltiplos fatores que já existiam, mas que se agravaram durante a pandemia. Para exemplificar, utilizamos o caso das desigualdades de gênero. A vivência das mulheres (especialmente as negras e empobrecidas) é profundamente marcada pela desproporcional responsabilização das mulheres pelos trabalhos domésticos, realizados nos domicílios, de forma não remunerada. Como discutimos na edição anterior do **ObservaDesigualdades**, em 2019, no Brasil, os homens brancos usavam 10,3 horas de sua semana, em média, com trabalhos domésticos não remunerados (8,9 no RN), enquanto as mulheres negras dedicavam cerca de 19 horas (as mulheres brancas potiguares trabalhavam cerca de 2,5h a menos que mulheres negras).

É possível entender esses dados recorrendo à noção de **divisão sexual do trabalho**, que, historicamente, responsabiliza principalmente as mulheres pelo trabalho reprodutivo (afazeres domésticos e cuidados com crianças e idosos). Esse contexto foi agravado pela pandemia e pelas necessárias medidas de isolamento social em um contexto em que foi reduzida a oferta de serviços públicos e particulares de cuidado (a exemplo de creches). E, por isso, muitas mulheres tiveram que deixar seus empregos, reduzir sua jornada no trabalho remunerado ou migrar para posições informais ou mais precárias, para assumir os cuidados com pessoas da família.

É sempre bom lembrar que, antes da pandemia, as mulheres (principalmente as mulheres negras) já estavam em uma situação menos favorável no mercado de trabalho, em relação aos homens (principalmente os brancos), considerando a inserção, a renda e a existência de um vínculo formal de trabalho. Elas também estão ocupadas, com maior frequência, em atividades que exigem maior contato com pessoas, como o serviço doméstico remunerado, o comércio e o setor de alojamento e alimentação. A **pandemia** também teve efeitos sobre essa já desigual

realidade, especialmente considerando que a ausência de políticas efetivas para amparar as pequenas e médias empresas afetaram significativamente os postos de trabalho ocupados por elas.

O mercado de trabalho brasileiro não é apenas marcado pelo desemprego mas, também, pela subutilização da força de trabalho. Segundo o **IBGE**, esse fenômeno inclui não só as pessoas desocupadas (desempregadas) mas, também, aquelas que estão ocupadas, mas gostariam de trabalhar mais horas na semana (subocupados por insuficiência de horas trabalhadas) e, ainda, aquelas que estão em idade para trabalhar, mas que desistiram de buscar emprego (desalentadas). O agravamento do **desalento** na pandemia é fruto da ausência de perspectiva de se encontrar um emprego ou por medo da contaminação pelo novo coronavírus, uma vez que as pessoas que desistem de procurar por postos de trabalho passam a ser consideradas desalentadas, e não mais desempregadas.

A subutilização é muito presente no Nordeste e no RN. Enquanto no **primeiro trimestre** de 2021 essa era a realidade, no país, de 29,7% da força de trabalho ampliada (força de trabalho mais força de trabalho potencial), no RN ela alcançava cerca de 40%. É o que podemos observar a partir do Gráfico 5.

Taxa Composta de Subutilização (%)

Rio Grande do Norte (2016-2021)

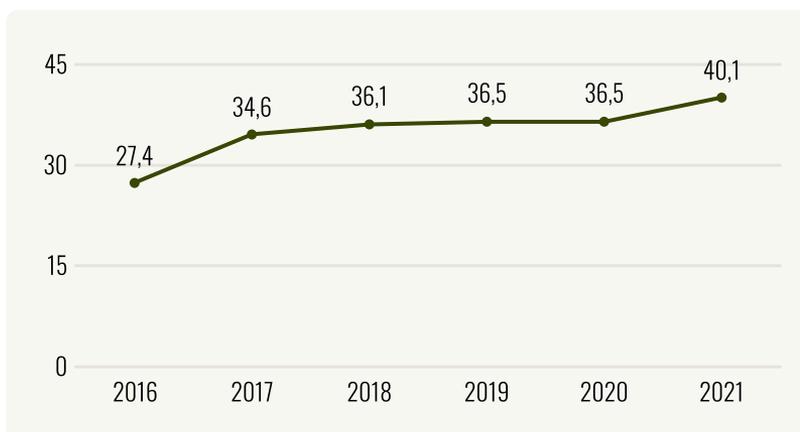


Gráfico 5. Elaboração própria, com base em IBGE (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, 2021, primeiro trimestre).

No RN, é possível observar que houve um aumento da subutilização em 2021, em comparação a 2019-2020. O **resultado atual** projeta o estado como posicionado entre os piores em termos de subutilização, ocupando a 6ª posição (todos os piores resultados estaduais estão no Nordeste). Em números absolutos, isso significa 709 mil potiguares que não podem exercer plenamente sua capacidade de trabalhar de forma remunerada, o que contribui para colocar essas pessoas em situação de vulnerabilidade.

A **informalidade** também é bastante presente no mercado de trabalho brasileiro e vem se agravando, especialmente nas regiões Norte e Nordeste. Enquanto, para o primeiro trimestre de 2021, a média nacional foi de 39,6%, estimava-se que mais de metade da população nordestina ocupada estava na informalidade, como é possível deprender do Gráfico 6.

Informalidade de trabalhadores/as (%)

Nordeste (primeiro trimestre, 2021)

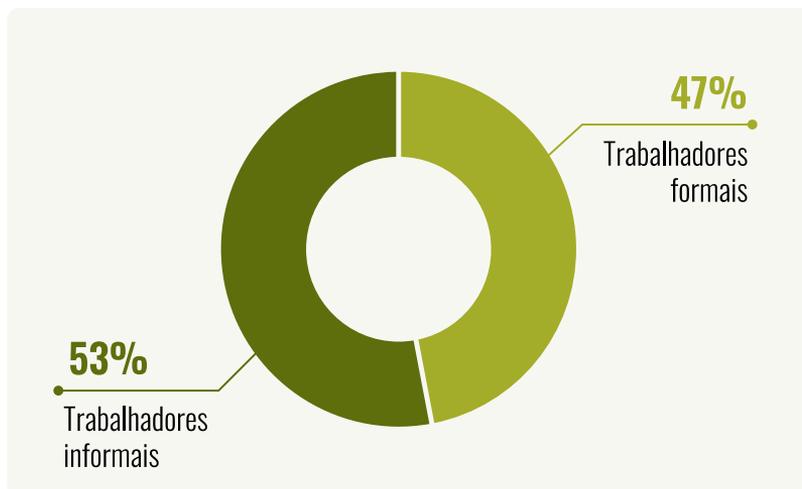


Gráfico 6. Elaboração própria, com base em IBGE (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, 2021, primeiro trimestre).

Finalmente, é importante refletirmos sobre os rendimentos das trabalhadoras e dos trabalhadores, e os efeitos da pandemia sobre eles. Isso porque há um número expressivo de pessoas que acabam se arriscando a ir para seus locais de trabalho, já que elas não possuem outra opção. Nesse caso, não se arriscar é ampliar a

possibilidade de entrar em situação de extrema vulnerabilidade econômica e social. Importante lembrar que quem perdeu seu emprego durante a pandemia viu seus rendimentos serem reduzidos a zero, em muitos casos. E mesmo nos casos das pessoas que não perderam seus postos de trabalho, pode ter havido redução de salários (para trabalhos formais) e de renda (para informais), principalmente no comércio, serviços e setores ligados ao turismo.

Segundo o **IBGE**, se considerarmos todos os rendimentos habituais do trabalho, as brasileiras e os brasileiros ocupados receberam, em média, R\$ 2.554,00 por mês, no primeiro trimestre de 2021, o que significou um ligeiro aumento em relação ao trimestre anterior (R\$35,00 a mais), e um aumento mais substantivo em comparação ao primeiro trimestre de 2019 (R\$130,00 a mais). No caso do RN, houve estabilidade em relação aos rendimentos, nesse período.

A categoria do trabalho doméstico remunerado coloca-se na **encruzilhada** entre gênero, raça e classe e, por isso, permite exemplificar os desafios para a igualdade no mundo do trabalho. **Ela** é composta majoritariamente por mulheres (90%) e pessoas negras (66%). Se compararmos o quarto trimestre de 2019 e o primeiro trimestre de 2021, constatamos que houve uma redução de 1,42 milhões de pessoas inseridas nessa categoria no Brasil. O número é maior que o total de pessoas trabalhadoras domésticas no Nordeste em 2021, que é a segunda região que mais contrata trabalhadoras domésticas no país. Como o mercado de trabalho não absorveu todas essas pessoas em outras ocupações, por conta do contexto econômico e sanitário, dentre outros fatores, isso significa que aquelas que perderam o trabalho, provavelmente, estão sem renda e com sérias dificuldades de manter o sustento da família, uma vez que a maioria é chefe de família ou contribui significativamente para renda domiciliar.

É importante entendermos qual é a realidade do RN em relação ao trabalho doméstico remunerado. A queda de postos de trabalho no serviço doméstico chegou a 40%, entre o quarto trimestre de 2019 e o segundo trimestre de 2020. No entanto, no primeiro trimestre de 2021, o total

de pessoas ocupadas como trabalhadoras domésticas na semana de referência da pesquisa retornou aos patamares de 2019. Cabe destacar que o trabalho doméstico possuía, **no início de 2021**, a menor remuneração média no RN (R\$621,00), comparando com as demais ocupações, sendo ainda pior para aquelas que atuam sem carteira assinada (R\$517). Trata-se de um valor bastante insuficiente para garantir condições de vida digna. Para se ter uma ideia, na capital do RN (Natal), o custo médio da cesta básica ficou em **R\$501,70** em maio deste ano, fora outros fatores incluídos no custo de vida como moradia, transporte, lazer, educação e outros.

**OS DESAFIOS PARA AS
AÇÕES PÚBLICAS DE
PRÓTEÇÃO SOCIAL DA
CLASSE TRABALHADORA:
DA ANÁLISE DOS DADOS
PARA A TRANSFORMA-
ÇÃO DO COTIDIANO DAS
PESSOAS**

A classe trabalhadora como um todo tem sido afetada pelos desafios trazidos pela pandemia da Covid-19, que aprofundam desigualdades já existentes no mercado de trabalho (e fora dele). Para enfrentá-las, são necessárias ações públicas comprometidas com a promoção da igualdade, para estruturar um sistema de proteção social inclusivo e abrangente, ajustado aos desafios do mundo do trabalho contemporâneo.

O desemprego, a subutilização da força de trabalho e a informalidade impactam diretamente no acesso ao sistema de previdência social, cujo acesso se dá em grande medida, pela contribuição ao sistema. Segundo o IBGE, cerca de **55%** de trabalhadores/as potiguares contribuíram para a previdência no primeiro trimestre de 2021, deixando ao redor de 45% de trabalhadores/as desprotegidos/as. É o que se depreende do gráfico 7.

Como resultado, essas pessoas ficam desprovidas de um conjunto de direitos, trabalhistas e previdenciários, como plano de saúde, férias remuneradas, auxílio maternidade³ e paternidade, aposentadoria, auxílio-doença, auxílio desemprego etc. Grande parte destes direitos só pode ser acessada por meio de um vínculo empregatício formal e/ou pela contribuição com o sistema previdenciário.

³No caso do auxílio-maternidade, há exceções, como para as seguradas especiais (ex. rurais), que não precisam ter contribuído com a Previdência, mas precisam comprovar o exercício da atividade rural no último ano.

Contribuição para Previdência (%)

Rio Grande do Norte (primeiro trimestre, 2021)

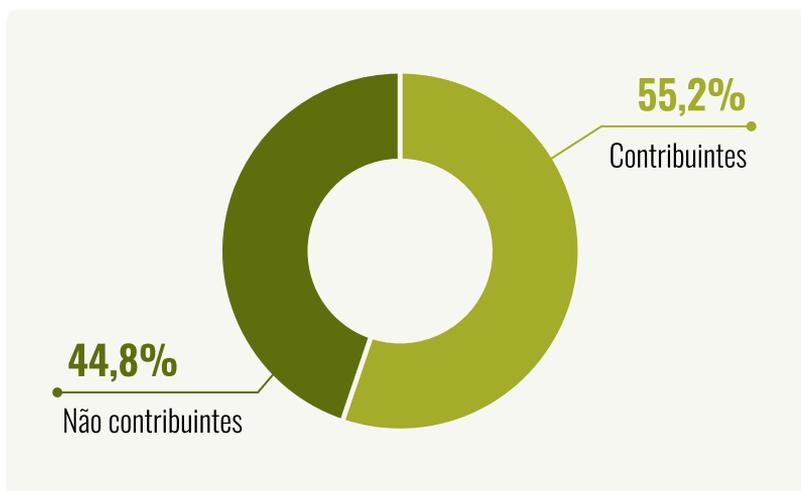


Gráfico 7. Elaboração própria, com base em IBGE (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, 2021, primeiro trimestre).

Além da baixa remuneração, que se mostra insuficiente frente ao custo de vida, há também a sobrecarga física, emocional e mental que muitas trabalhadoras e muitos trabalhadores acabam sofrendo na medida em que se envolvem em mais de um trabalho (boa parte deles no setor informal), para tentar elevar sua renda a um nível compatível com uma melhor qualidade de vida.

Nesse sentido, é importante pensarmos em termos de uma arquitetura de direitos e políticas públicas que enfrente essa realidade e promova a igualdade entre as pessoas. O caso do auxílio emergencial, instituído para minimizar os efeitos econômicos da pandemia na vida dos brasileiros, é ilustrativo dos desafios que enfrentamos no país e das possibilidades para a ação pública ser reestruturada para efetivamente enfrentar as desigualdades.

O auxílio emergencial foi criado por **lei**, em 2020, alterando a legislação que estabelece o Benefício de Prestação Continuada (BPC) provisoriamente e em caráter excepcional, para lidar com a situação de vulnerabilidade em que parte da população brasileira se viu durante a pandemia. A proposta inicial, apresentada pelo governo, era o pagamento de parcelas mensais de R\$ 200,00. Após pressão popular e da bancada de **oposição** no Congresso, foi

ampliado o valor para R\$ 600,00 por mês, beneficiando pessoas de baixa renda, inseridas em trabalho informal e Microempreendedores Individuais (MEI). O critério foi renda familiar mensal abaixo de meio salário mínimo (R\$500,00) por pessoa em uma família (per capita), ou três salários mínimos no total (R\$ 3.135,00). Foi previsto o máximo de duas pessoas por família para receber o benefício, totalizando R\$1.200,00 (mesmo valor a ser recebido por mulheres chefes de família). Inicialmente, a medida foi prevista por três meses, mas foi sucessivamente **prorrogada** até o final de 2020. Após três meses de ausência de qualquer política nesse sentido, no início de 2021, o programa foi reestruturado, diminuindo seu escopo e o **valor do benefício**, que passou a ser de R\$ 250,00 (podendo chegar a R\$ 375,00, no caso de mulher chefe de família).

A medida teve efeitos notáveis sobre a pobreza. A **Fundação Getúlio Vargas (FGV Social)** calculou que, até agosto de 2020, 15 milhões de pessoas brasileiras tinham saído da pobreza⁴, o que representava uma queda de 23,7%, em comparação com 2019. No caso do Nordeste, a redução foi de 30%. Além disso, o auxílio emergencial também teve um efeito positivo na economia brasileira, na medida em que o seu efeito multiplicador impediu que a redução do PIB brasileiro fosse ainda maior. O que isso quer dizer? Uma pessoa com o auxílio emergencial compra, por exemplo, comida no mercadinho do bairro que, por isso, continua funcionando e ainda pode vir a contratar uma pessoa para trabalhar nele (como uma pessoa para a caixa de supermercado). O fator multiplicador aquece a economia, portanto. E esse efeito causado pelo auxílio emergencial ajudou a **frear** a recessão causada pela pandemia da Covid-19 no Brasil.

O que a experiência do auxílio emergencial nos ensina é que medidas que garantam renda a brasileiras e brasileiros podem e devem ser adotadas, a exemplo de iniciativas como a renda básica da cidadania. Dessa forma, é possível garantir as condições econômicas para que a população brasileira não fique exposta aos riscos sociais oriundos

⁴No estudo é considerado pobre quem tem renda domiciliar per capita (por pessoa) de até meio salário mínimo (R\$522,50).

de mudanças (estruturais e conjunturais) no mercado de trabalho, inclusive melhorando seu poder de barganha para negociar melhores condições de trabalho e remuneração.

Para financiar medidas como uma renda básica da cidadania que garanta condições de vida adequadas seria mais que bem-vinda uma reforma tributária que viabilizasse um sistema de tributos mais justo e progressivo, incidindo de forma mais proporcional sobre quem detém mais riquezas e, por isso, permitindo o financiamento das condições de vida de quem não tem. Importante lembrar, contudo, que a garantia de renda não é suficiente para enfrentar as desigualdades econômicas e sociais, pois esta política deve ser acompanhada da expansão e melhoria dos serviços públicos. Isso ficou evidente durante o período de pandemia, em que o Sistema Único de Saúde (SUS), apesar de subfinanciado, foi quem evitou uma tragédia ainda maior. Finalmente, como destacamos anteriormente, é necessário que um sistema de proteção social justo e inclusivo considere as múltiplas formas de desigualdade, a exemplo daquelas associadas à classe, gênero/sexualidade, raça e etnia, além das desigualdades territoriais.

“

As mulheres trans, em sua maioria, trabalham em atividades informais, muitas perderam os seus empregos. Uma das queixas que tenho visto é que não estão conseguindo nem pagar as contas. Não tem água, não tem luz dentro da própria casa.”

MULHER TRANS, BRANCA, LÉSBICA, CLASSE B

“

Simone*, 23 anos, mulher lésbica, jamais tinha ficado desempregada. Mãe solo de uma criança pequena, aprendeu desde muito cedo a responsabilidade de sustentar uma família. Com as dificuldades impostas pela pandemia em encontrar um emprego, aceitou uma oportunidade na cidade vizinha, o que logo se mostrou frustrante. Assim que Simone comentou sobre sua orientação sexual no trabalho, começaram as agressões: ‘Ok, você é lésbica mas você vai se vestir como homem e a gente não te contratou assim. Se a gente tivesse percebido, a gente não teria te contratado’ (...).”

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA BRASIL. **Auxílio Emergencial Reduziu a Pobreza em 23% - FGV diz que 15 milhões de brasileiros saíram da linha da pobreza.** Edição Fernando Fraga, 9 de out. 2020. Disponível aqui.

BATISTA, Carla; AKATIRENE, Carla. PORTAL GELÉDES. **O que é interseccionalidade?** Folha PE, Coluna Mulheres em Movimento entrevista Carla Akatirene. Disponível aqui.

BRASIL. **Lei Federal Nº 13.982, de 2 de abril de 2020.** Disponível aqui.

BRASIL. **Medida Provisória nº 1.039, de 18 de março de 2021.** Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 28 de julho. Disponível aqui.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS (DIEESE) **Análise de Cesta Básica. Maio: Cesta Básica aumenta em 14 capitais.** São Paulo, 8 de jun. 2021. Disponível aqui.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **O que é desemprego.** Disponível aqui.

IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - Divulgação Trimestral - 1º trimestre 2021**. Norte e Nordeste puxam desocupação recorde no primeiro trimestre do país. Extraído do Sistema IBGE de Recuperação Automática (SIDRA). Disponível aqui.

IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - Divulgação Trimestral - 1º trimestre 2021**. Extraído do Sistema IBGE de Recuperação Automática (SIDRA). Disponível aqui.

IBGE. **PNAD Contínua Trimestral: Desocupação cresce em 10 das UFs no 3º trimestre de 2020**. 1.ed. 2021. Disponível aqui.

IBGE. **Indicadores IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Divulgação Especial Medidas de Subutilização da Força de Trabalho no Brasil**. Primeiro trimestre de 2021. Disponível aqui.

IBGE. Tabela 4099: **Taxa de desocupação e de subutilização da força de trabalho, na semana de referência das pessoas de 14 anos ou mais de idade**. Extraído do Sistema IBGE de Recuperação Automática (SIDRA). Disponível aqui.

IBGE - RN- Disseminação de Informações. **RN tem 709 mil subutilizados no mercado de trabalho**. Telegra, 24 de jun. 2021. Disponível aqui.

IBGE - RN - **Gráficos PNAD Contínua 2021**. Disponível aqui.

HIRATA, Helena; LABORIE, Françoise; LE DOARÉ, Hélène; SENOTIER, Danièle. **Dicionário Crítico do Feminismo: Divisão Sexual do Trabalho e Relações Sociais de Sexo**. Editora Unesp, São Paulo, v.2, p. 67-75, out. 2009. Disponível aqui.

GONZAGA, Marcos Roberto; OJIMA, Ricardo; LIMA, Luciana Conceição de. **A Pandemia em Perspectiva Regional: Produções do Observatório do Nordeste para análise sociodemográfica da Covid-19**. EDUERN, Mossoró, v.1, n.368, p.1-368, 2020. Disponível aqui.

MINISTÉRIO DA CIDADANIA. **Auxílio Emergencial 2021**. Disponível aqui.

MYRRHA, Luana Junqueira Dias; JESUS, Jordana Cristina; MARCONDES, Mariana Mazzini. **Essencial, mas marginal, o trabalho doméstico remunerado antes e durante a pandemia**. Estadão, [S.I], 24 ago. 2020. Política,p. Online. Disponível aqui.

OBSERVATÓRIO DAS DESIGUALDADES - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE. **Glossário das Desigualdades**. Projeto da UFRN, 2020. Disponível aqui.

SENADO FEDERAL. **Coronavírus: Senado aprova auxílio emergencial de R\$600,00**. 3 de mar. 2020. Disponível aqui.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. FACULDADE DE ECONOMIA E ADMINISTRAÇÃO (FEA). **Made: Novo Centro de Pesquisa da FEA Estuda a Desigualdade**. USP, Cacilda Luna, 1 de maio de 2021. Disponível aqui.

Estilos de vida de los años 60

pensando sobre
desigualdades

DESCOMPLICANDO GÊNERO E SEXUALIDADES: uma introdução

Rafaela da Silva Freire

Graduanda em Administração pela UFRN e integrante do Observatório das Desigualdades - UFRN

Ana Raquel Cavalcante de Lima

Graduanda em Administração pela UFRN e integrante do Observatório das Desigualdades - UFRN

Kyara Maria de Almeida Vieira

Professora do Departamento de Ciências Humanas - UFRSA, Campus Mossoró

Mariana Mazzini Marcondes

Professora de Administração Pública e Gestão Social e coordenadora do Observatório das Desigualdades - UFRN

INTRODUÇÃO

O Observatório das Desigualdades da UFRN realizou a “2ª Edição do Conversatório – Descomplicando Gênero e Sexualidades: a contribuição dos Movimentos LGBTQI+”, entre os meses de junho e julho de 2021. Seu propósito foi aprofundar a reflexão sobre gênero e sexualidades, tendo como fio condutor a contribuição dos Movimentos LGBTQI+ para construir, desconstruir e problematizar essas categorias. No Conversatório, diferentes abordagens e vozes se somaram para refletir sobre o tema. Sua realização em junho ocorreu por ser esse o mês do Orgulho LGBTQI+ (você pode conferir a programação [aqui](#) ou no Quadro 1 na página seguinte).

Assim como o 1º Conversatório “Descomplicando Gênero”, realizado em 2020, na organização da 2ª edição estiveram docentes dos Departamentos de Administração Pública e Gestão Social, Serviço Social, Demografia, Psicologia, Práticas Educacionais e Currículo. Sua oferta foi inteiramente remota e suas aulas estão disponibilizadas no youtube do Observatório ([clique aqui](#)).

QUADRO 1
PROGRAMAÇÃO
2º CONVERSATÓRIO
DESCOMPLICAN-
DO GÊNERO E
SEXUALIDADES:
A CONTRIBUIÇÃO
DOS MOVIMENTOS
LGBTQI+

primeiro encontro

**Gênero, sexualidade e movimento
LGBTQI+: uma introdução**

Expositores/as: Kyara Maria de Almeida Vieira (UFERSA)
e Victor Varela (movimento LGBT/Natal)
Coordenação e mediação: Paulo Victor Lopes
(Tirésias e Departamento de Antropologia/UFRN)

segundo encontro

**População LGBTQI+, desigualdades
e resistência: o que os dados nos
dizem (ou deixam de dizer)**

Expositores/as: Fernanda Fortes de Lena (UNICAMP/Vote LGBT)
e Samuel Araujo Gomes da Silva (UFMG/Vote LGBT)
Coordenação e mediação: Luana Junqueira Myrha
(Departamento de Demografia e Ciências Atuariais/UFRN)

terceiro encontro

**Gênero e movimento LGBTQI+:
A contribuição dos estudos marxistas
para a discussão**

Expositor: Tibério Lima Oliveira (UERN)
Coordenação e mediação: Ilana Lemos de Paiva
(Departamento de Psicologia/UFRN) e Silvana Mara dos Santos
(Departamento de Serviço Social/UFRN)

quarto encontro

**Gênero e movimento LGBTQI+:
A contribuição dos estudos Queer**

Expositor: Bruno Oliveira (Mestrando UFS)
Coordenação e mediação: Paulo Souto Maior
(Departamento de Práticas Educacionais e Currículo/UFRN)

quinto encontro

**Políticas públicas e direitos para população
LGBTQI+ e para igualdade de gênero no Rio
Grande do Norte e em Natal**

Expositores/as: Janaina de Lima (CODIS/RN) e Luana Soares
de Souza (Centro Municipal de Cidadania LGBT de Natal)
Coordenação e mediação: Mariana Mazzini Marcondes
(Departamento de Administração Pública e Gestão Social/UFRN)

Este texto foi produzido para sistematizar discussões surgidas durante o 2º Conversatório. Seu objetivo é apresentar uma introdução às discussões sobre gênero e sexualidade, movimentos LGBTQI+ e as violências que sofrem essa comunidade (e que precisamos conhecer para enfrentar).

MOVIMENTO LGBTQI+: (DES)FAZENDO GÊNERO OU REFAZENDO?

O conceito de gênero está em constante construção, desconstrução e reconstrução. Atualmente, o evento acadêmico mais famoso dos estudos de gênero no Brasil se chama **Fazendo Gênero**. Nele, reúnem-se, principalmente, pesquisadoras, professoras, artistas e ativistas feministas. Mais recentemente, surgiu o evento **Desfazendo Gênero**, que enfoca, principalmente, os estudos *queer* e as reflexões dos movimentos LGBTQI+. O exemplo é interessante para entendermos como o conceito de gênero, da forma que tradicionalmente foi discutido por uma parte dos movimentos feministas e dos estudos de gênero, é, ao mesmo tempo, uma referência importante para os movimentos LGBTQI+, mas também fonte de questionamentos.

O conceito de gênero foi e é importante para questionar relações de poder e naturalizações sobre um sexo biológico que se colocam como origem e destino de mulheres e homens. Mas, afinal, o que é **gênero**? Em linhas gerais, esse conceito surge para contestar a ideia de que, porque uma mulher nasce com uma vagina e o homem com um pênis, um conjunto de regras sociais pré-estabelecidas se colocam, envolvendo desde habilidades (racionalidade ou sensibilidade), comportamentos (explosividade ou submissão), até o desejo (por quem se apaixonar). O gênero denuncia que essas questões não são determinadas no nascimento, mas por meio de relações de poder e dominação que se constroem socialmente, e que separam e hierarquizam o feminino e o masculino.

E por que esse conceito também é contestado? Porque é necessário pensar gênero para além da heterossexualidade cis, e as suas diversas formas existentes, assim desconstruindo para reconstruir e/ou problematizar. Como afirmou a professora Kyara Vieira, durante o Conversatório: “É preciso não perdermos de vista que, historicamente,

muitas instituições e mecanismos foram criados, operacionalizados para a docilização dos corpos e das mentes. E isso não é uma mera coincidência. Afinal, o nosso estar no mundo, a forma como a vida vibra e pulsa em nós, começa e termina em nossos corpos.”

Para entendermos melhor, é importante conhecermos um pouco mais da história dos movimentos LGBTQI+. Podemos começar essa **trajetória** voltando até os idos de 1869, na antiga Prússia. Nesse momento, um médico chamado Benkert começou um movimento de militantes que deu origem a um Comitê Científico Humanitário na Alemanha. Seu objetivo era organizar o enfrentamento à criminalização das relações entre pessoas do mesmo sexo. Importante registrar, ainda, nessa história, que em momentos revolucionários, como em 1917 (Revolução Russa) as reivindicações das mulheres e de pessoas LGBT também foram parcialmente atendidas.

Foi, contudo, no final da década de 1960 que o **movimento LGBTQI+** ganhou mais visibilidade, a partir do ocorrido em Stonewall (1969). Nesse episódio, lésbicas, travestis, *drag queens* e gays enfrentaram a violência policial nos Estados Unidos da América (EUA), o que ficou conhecida como a Revolta de Stonewall. Ela serviu de base para a organização dos movimentos por direitos da população LGBTQI+ não só no país, mas em outras partes do mundo.

Entretanto, antes de Stonewall, em lugares como a América Latina, pessoas LGBT não estavam estáticas na luta por seus direitos. As mobilizações estudantis mexicanas e revoltas políticas na Argentina de 1968, possibilitaram uma primeira geração de ativistas LGBT. **James Green** destaca como um dos exemplos o grupo social *Nuestro Mundo*, fundado em Buenos Aires, em 1967. Ele participou de forma contundente e politizada de manifestações e revoltas populares no período e ajudou a fundar a Frente de Libertação Homossexual (FLH), em 1971.

No **Brasil** a primeira manifestação pública pelos direitos LGBTQI+ e contra a violência policial aconteceu em 1980, e foi um marco no enfrentamento à ditadura. Isso foi importante para o entendimento de que as lutas precisam ser unificadas para, de fato, conseguir enfrentar os ataques do sistema capitalista e heterocispatriarcal ao trabalho, à

educação e à saúde dessa população. Contribuíram para essa história o Grupo Somos (SP), inspirado na Frente de Libertação Homossexual (FLH). O Grupo Somos foi criado no final da década de 1970 para afirmar a identidade que, na época, se denominava homossexual, e reivindicar direitos. O grupo foi responsável pela edição da publicação **Lampião da Esquina**, uma publicação brasileira pioneira voltada para a população LGBTQI+.

Aqui é importante inserir um dado histórico. Por algum tempo, o movimento foi denominado como homossexual, mas com o tempo foi se reconhecendo as diversas identidades sexuais e de gênero. A identidade sexual relaciona-se aos desejos e a identidade de gênero é a forma como as pessoas se sentem e se identificam na sociedade, considerando a pluralidade de corpos e as demandas específicas de cada corpo e de cada grupo. Essa não é uma questão marginal. É uma chave para entender o que, afinal, dá significado a cada uma das letras da sigla LGBTQI+. E porque ela muda e varia tanto.

LGBTQI+:
FALANDO SOBRE
UMA “SOPA DE
LETRINHAS” OU
“SOBRE NOSSA
GENTE QUE
SONHA, LUTA E,
MESMO LUTAN-
DO MORRE”?

Com as transformações do movimento LGBTQI+, alguns termos surgiram e são usados de forma propositiva por algumas pessoas (e por outras não). É o caso da expressão “sopa de letrinhas”. Afinal, do que estamos falando?

A sopa de letrinhas faz referência à proliferação de siglas e a multiplicação de categorias destinadas a nomear o sujeito político do movimento LGBTQI+. Segundo Regina Facchini, por conta das conexões ativas, principalmente pelas agências estatais e o mercado segmentado, há um reforço para adesão a um sistema classificatório baseado na distinção de orientação sexual. Nesse sentido, as pessoas têm necessidade de se sentirem representadas e incluídas no movimento para lutar por seus direitos, já que termos anteriores eram mais restritos (a exemplo do mencionado “homossexual”).

À medida que o movimento LGBTQI+ foi se organizando (e os estudos sobre gênero também se fortaleceram na academia), o entendimento sobre identidade de gênero e sexualidades também se tornaram mais complexos e menos binários. Com isso, ficou mais explícito

o que cada identidade tem em comum e quais são as suas especificidades.

Para começarmos a desvendar as siglas precisamos primeiro entender as palavras cis e trans. Cis vem da palavra cisgênero e se refere as pessoas que se percebem, se sentem, se identificam e se auto denominam com o corpo biológico que lhes foi designado ao nascer. Trans faz referência às pessoas que não se identificam com seu corpo biológico, o que nos leva a pensar sobre gênero e várias outras formas de se identificar no mundo. Como existem várias formas de designar os sujeitos do movimento, com suas importâncias e particularidades, a seguir, será apresentado um acróstico para esclarecer cada letra do movimento. Lembramos, contudo, que essas explicações são provisórias e estão em constante mudança...

Sopa de letrinhas?

Lésbicas

Mulheres que sentem atração afetiva e/ou sexual por outras mulheres;

Gays

Homens que sentem atração afetiva e /ou sexual por outros homens;

Bissexuais

Pessoas que sentem atração afetiva e/ou sexual por mais de um gênero;

Transgênero/travestis

Pessoas que não se identificam com o gênero que lhe foi atribuído ao nascer;

Queer

Pessoas que não se encaixam na cisheteronormatividade imposta pela sociedade (não binárias ou gênero fluido);

Intersexuais

Pessoas que biologicamente desenvolvem características sexuais que não se encaixam nas noções típicas de sexo feminino ou sexo masculino;

Assexual

Pessoas que não tem atração sexual e/ou afetiva por outras pessoas;

+

Todas as diversas possibilidades de orientação sexual e identificação de gênero que existem (ex. pansexuais e polisssexuais).

Cada letra representa uma forma diferente de identificação de gênero ou orientação sexual. O movimento LGBTQI+ não para de crescer devido a várias formas de orientação e

de identidade que as pessoas podem se identificar. De tal forma, as letras do movimento não vão “parar de aumentar” porque elas representam diversidade, toda forma de se ver e se sentir e a importância de unir pessoas que se sintam reconhecidas e representadas pelo movimento.

Essas diversas sexualidades e identidades de gênero existem há séculos, muito antes da visibilidade que o movimento LGBTQI+ ganhou no mundo. É importante destacar que essas letras são mais que simples letras; elas representam pessoas diferentes, com vidas diferentes, experiências distintas, incluindo práticas sexuais. As pessoas LGBTQI+ se juntaram para se defenderem da opressão que sofrem por serem entendidas como diferentes. A sopa de letrinhas representa a diversidade de vidas que lutam por respeito e reconhecimento em uma sociedade preconceituosa. Como disse Victor Varela, durante o Conversatório, recuperando uma fala de **Leilane Assunção**:

“Quando se é LGBT a militância não é uma opção, é um imperativo ético sobre as nossas vidas: ou a gente luta ou a gente morre. E, mesmo lutando, a gente morre”

Leilane Assunção

Assim, a “sopa de letrinhas” não é sopa, e nem letrinhas. Ela conta uma história, nas palavras de Victor: “sobre nossa gente que sonha, luta e, mesmo lutando, morre”.

HOMOFOBIA, LESBOFOBIA, BIFOBIA, TRANSFOBIA...
QUANTA VIOLÊNCIA CABE NOS PRECONCEITOS CONTRA A COMUNIDADE LGBTQI+?

A luta do movimento LGBTQI+ não para. Isso porque vivemos, infelizmente, em uma sociedade patriarcal-racista-LGBTfóbica-capitalista-heteronormativa-classista, que explora e oprime. Os preconceitos **existem e embasam** violências sobre as pessoas que são representadas pelo o movimento: transfobia, lesbofobia, bifobia e homofobia são exemplos do que as pessoas enfrentam no seu dia a dia. É importante entendermos o que cada uma dessas fobias significam se quisermos enfrentá-las.

A **transfobia** abrange o ódio, a aversão, os comportamentos discriminatórios (verbais, físicos, simbólicos, materiais e psicológicos) contra as identidades das pessoas trans (travestis, transexuais e transgêneros). Já a **lesbofobia** é o ódio, medo ou rejeição (de forma objetiva ou subjetiva) que as mulheres vivenciam por ter amor, afeto ou desejo sexual por outras mulheres. A bifobia é o preconceito contra pessoas que desejam e amam outras pessoas que se identificam com os gêneros feminino e masculino. A **homofobia** pode ser compreendida e usada de forma generalizante, para definir o medo e o ódio externalizados contra quaisquer pessoas que se identificam como LGBTQI+, embora cada vez mais tenha sido usada para referir-se, especificamente, ao medo, ódio e rejeição aos homossexuais.

Assim como cada letra do movimento tem sua particularidade, elas expressam também uma forma específica de sofrer discriminações, possuindo demandas próprias. Aqui vale lembrar que todas essas discriminações são marcadas por muita violência, e agressões com requintes de crueldades que não são vistas contra outros corpos. Segundo o **Grupo Gay da Bahia**, no Brasil, a cada 36 horas uma morte de LGBTQI+ acontecia (homicídio ou suicídio). Ou seja, cada minuto importa para você contribuir para mudar essa realidade!

A luta pela diversidade é uma luta para que todas as pessoas tenham direito à vida. Respeitar as identidades de gênero e preferências sexuais de cada pessoa é essencial para que nos tornemos uma sociedade livre, justa e solidária. Para que amar sem temer seja um direito universal, e que as pessoas não sejam mortas ou impedidas de acessar os direitos de cidadania em detrimento da maneira como se relacionam com seus corpos e como vivem sua sexualidade.

O que vão dizer de nós?
Seus pais, Deus e coisas tais
Quando ouvirem rumores do nosso amor?

Baby, eu já cansei de me esconder
Entre olhares, sussurros com você
Somos dois homens e nada mais

Eles não vão vencer
Baby, nada há de ser em vão
Antes dessa noite acabar
Dance comigo a nossa canção

E flutua, flutua
Ninguém vai poder querer
nos dizer como amar
E flutua, flutua
Ninguém vai poder querer
nos dizer como amar

Entre conversas soltas pelo chão
Teu corpo teso, duro, são
E teu cheiro que ainda ficou
na minha mão

Um novo tempo há de vencer
Pra que a gente possa florescer
E, baby, amar, amar sem temer

Eles não vão vencer
Baby, nada há de ser em vão
Antes dessa noite acabar
Baby, escute, é a nossa canção

E flutua, flutua
Ninguém vai poder quere
nos dizer como amar
E flutua, flutua
Ninguém vai poder querer
nos dizer como amar

Johnny Hooker

Se você chegou até aqui, gostaríamos de te convidar para seguir conosco refletindo sobre gênero e sexualidades, por meio do que estamos produzindo no Observatório, mas também por leituras e outras mídias (não deixe de visitar o **Farol** desta edição do ObservaDesigualdades).

clique nos ícones para acessar nossos canais de conteúdo e contato:



VERBETES

Desigualdade de Gênero. Acesse aqui.

Movimento LGBTQI+. Acesse aqui.

Homofobia. Acesse aqui.

Lesbofobia. Acesse aqui.

Transfobia. Acesse aqui.



DICAS DE LEITURAS

O Corpo e a Sexualidade. Jeffrey Weeks. Em. Pedagogias da Sexualidade. Guacira Lopes Louro (organizadora). Acesse aqui.

Devassos no paraíso: A homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade. João Silvério Trevisan. Acesse aqui.

Retrospectiva 2019: Brasil registra uma morte por homofobia a cada 23 horas, aponta entidade LGBT. Agência de Notícias da Aids. Acesse aqui.

O movimento LGBT brasileiro: 40 anos de luta. Renan Quinalha. Acesse aqui.

História do Movimento LGBT no Brasil. Kamila Teischmann. Acesse aqui.

Mais amor e mais tesão: a construção de um movimento brasileiro de Gays, Lésbicas e Travestis. James Green. Acesse aqui.

Movimento homossexual no Brasil: recompondo um histórico. Regina Facchini. Acesse aqui.

Movimentos feminista, negro e LGBTI no Brasil: sujeitos, teias e enquadramentos. Regina Facchini, Íris Nery do Carmo e Stephanie Pereira Lima. [Acesse aqui.](#)

Quem tem medo da diversidade? Luz e sombra na luta pelos direitos LGBTQIA+. Clara de Oliveira Lazzarotti Diniz e Bruno Lazzarotti (Observatório das Desigualdades da Fundação João Pinheiro). [Acesse aqui.](#)

BASES DE DADOS

FONTES PARA CONSULTA APRESENTADAS PELO #VOTELGBT NO CONVERSATÓRIO

Censo 2010. [Acesse aqui.](#)

Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD Contínua. [Acesse aqui.](#)

Registro Civil de Casamentos. [Acesse aqui.](#)

Pesquisa Nacional de Saúde - PNS 2013/2019. [Acesse aqui.](#)

PESQUISAS CLÍNICAS

Sistema de Informações de Agravos de Notificações. [Acesse aqui.](#)

Ouvidoria Geral de Direitos Humanos. [Acesse aqui.](#)

ONG'S

Grupo Gay da Bahia. [Acesse aqui.](#)

#VoteLGBT. [Acesse aqui.](#)

Grupo Dignidade. [Acesse aqui.](#)

ANTRA. [Acesse aqui.](#)

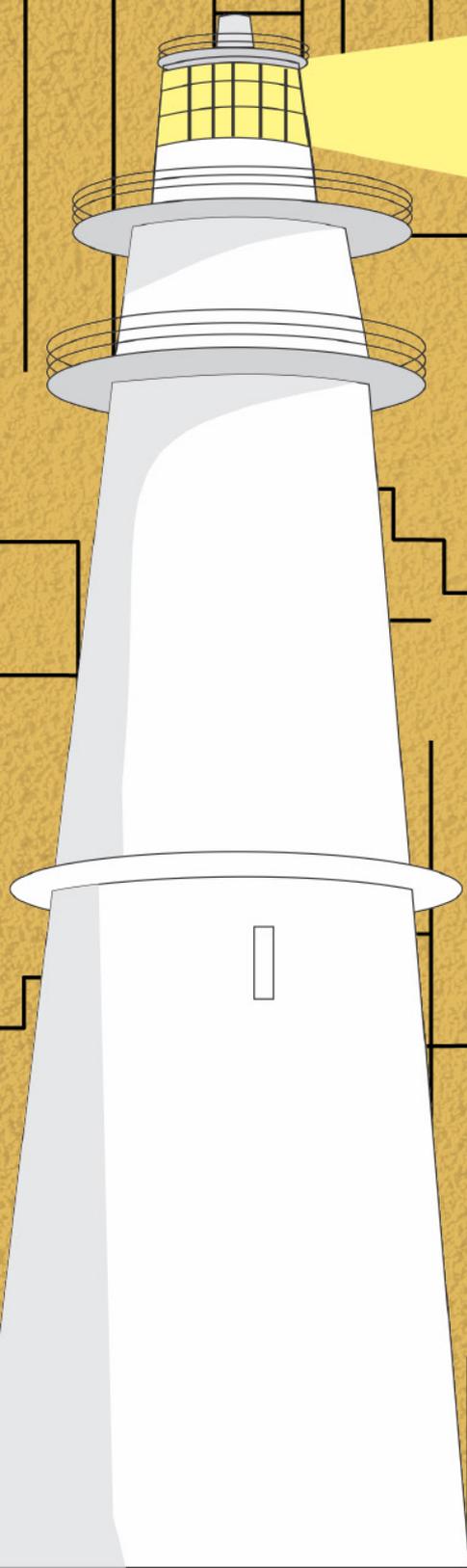
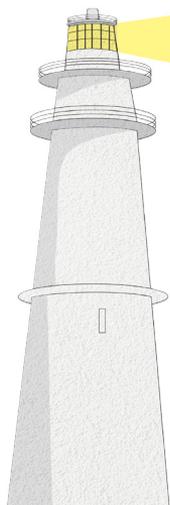


Ilustração: Jeferson Rocha

A ilustração representa o **Farol de Mãe Luiza**,
localizado no bairro de Mãe Luiza, em Natal (RN).



anota^{Na} agenda

DATAS DE LUTA CONTRA AS **DESIGUALDADES**

MAIO

- 01** Dia Internacional do Trabalho
- 13** Abolição da Escravatura
- 17** Dia Internacional Contra a Homofobia
- 21** Dia Mundial da Diversidade Cultural

JUNHO

- 13** Dia Mundial da Consciencialização do Albinismo
- 28** Dia Internacional do Orgulho LGBTQI+

JULHO

- 03** Dia Nacional do Combate à Discriminação Racial
- 14** Dia da Liberdade de Pensamento
- 25** Dia da Mulher Negra, Latina e Caribenha

aconteCell

2ª EDIÇÃO DO CONVERSATÓRIO DESCOMPLICAN- DO GÊNERO E SEXUALIDADES: A CONTRIBUIÇÃO DOS MOVIMENTOS LGBTQI+

O Observatório das Desigualdades da UFRN realizou a “2ª Edição do Conversatório – Descomplicando Gênero e Sexualidades: a contribuição dos Movimentos LGBTQI+”, entre os meses de junho e julho de 2021. Seu propósito foi aprofundar a reflexão sobre gênero e sexualidades, tendo como fio condutor a contribuição dos Movimentos LGBTQI+ para construir, desconstruir e problematizar essas categorias. No Conversatório, diferentes abordagens e vozes se somaram para refletir sobre o tema. Sua realização em junho ocorreu por ser esse o mês do Orgulho LGBTQI+.

As gravações das aulas do Conversatório estarão disponíveis no site e no youtube do Observatório a partir de agosto!

PRECISAMOS FALAR SOBRE DESIGUALDADE FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO

Além de ser uma afirmação real e necessária para a sociedade, a frase dá título ao curso EaD gratuito promovido pela FJP em parceria com o Corecon-MG e com o Observatório das Desigualdades. O curso tem carga horária de 30 horas/aula, é aberto a todas as pessoas interessadas e começa no dia 5 de julho.

A IGUALDADE TERÁ O ROSTO DA MULHER LANÇAMENTO DE LIVRO

O Observatório das Desigualdades da FJP acaba de lançar este novo livro, uma leitura obrigatória para quem quer pensar e agir em relação às desigualdades de gênero. Organizado por Rosânia Rodrigues de Souza, Beatrice Correa

de Oliveira, Bruno Lazzarotti Diniz Costa e Ágnez de Lélis Saraiva, o livro traz um retrato construído a várias mãos das desigualdades que as mulheres vivenciam no Brasil. O Observatório das Desigualdades da UFRN contribuiu em um dos capítulos, relacionado às desigualdades no mundo do trabalho. Você pode acessar na íntegra o livro [aqui](#).

CONCURSO DE EPISÓDIOS PARA PODCAST SOBRE DESIGUALDADES DE GÊNERO E RAÇA

Com o título “Ações públicas para enfrentamento das desigualdades de gênero e raça”, a iniciativa é uma parceria dos Observatórios das desigualdades da UFRN e da FJP, ANEPCP e Fundação Tide Setubal. Serão premiadas as dez melhores propostas, com prêmios que variam entre R\$ 200,00 a R\$8.000,00. O concurso foi voltado para estudantes dos cursos do campo de públicas (incluindo egressas, desde que o tenham concluído nos últimos dois anos). O resultado será divulgado durante a IV ENEPCP, em setembro.

PLANEJAMENTO PÚBLICO PARTICIPATIVO: POSSIBILIDADES E DESAFIOS PARA A PROMOÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS E ENFRENTAMENTO ÀS DESIGUALDADES (10 A 13 DE AGOSTO 2021)

O curso de extensão ofereceu 80 vagas (60 internas e 20 externas) para atividade formativa de iniciação e divulgação em temas atuais relativos ao papel da ação pública no enfrentamento às desigualdades e promoção de direitos humanos. Serão abordados os seguintes tópicos: os elementos teóricos, históricos e políticos que delineiam a relação entre Direitos Humanos e o enfrentamento às desigualdades; o papel das políticas públicas e sociais e a atuação das organizações da sociedade civil na consecução desses objetivos estratégicos; e as possibilidades e os limites do Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH). Com duração de seis horas (10 a 13 de agosto de 2021) e realizado de forma remota, seu público alvo são principalmente discentes, especialmente do curso de Administração e de Administração Pública, mas também de outros cursos da UFRN e de outras instituições de ensino do país, além da sociedade civil e militantes pela efetivação dos direitos humanos, contribuindo para o intercâmbio formativo entre UFRN e sociedade como um todo, um dos propósitos da extensão. Foi uma iniciativa de integração entre ensino e extensão, uma vez que sua realização

envolveu o Observatório das Desigualdades da UFRN (projeto de extensão) e o projeto de ensino de mesmo título do curso, que abrange disciplinas do curso de graduação em Administração (Planejamento Governamental, Gestão das Organizações da Sociedade Civil e Programas e Projetos Públicos e Sociais). As gravações das aulas do curso estarão disponíveis no site e no *youtube* do Observatório a partir de setembro!

a VAI ACONTECER

OBSERVATÓRIO DAS **DESIGUALDADES**

DISPONIBILIZAÇÃO DE AULAS CURSOS DO OBSERVATÓRIO DAS DESIGUALDADES DA UFRN

Entre agosto e setembro de 2021 o Observatório das Desigualdades irá disponibilizar a parte expositiva das aulas gravadas dos cursos “2ª Edição do Conversatório – Descomplicando Gênero e Sexualidades: a contribuição dos Movimentos LGBTQI+” e do “Planejamento Público Participativo: possibilidades e desafios para a promoção dos Direitos Humanos e enfrentamento às desigualdades” em seu canal no **youtube**. Já estão disponíveis as aulas de cursos anteriores, como o “**Revisão do Plano Diretor de Natal: possibilidades e desafios para aliar planejamento governamental e enfrentamento às desigualdades**”, além da **1ª Edição do Conversatório – Descomplicando Gênero e do curso “Desigualdades e Ações Públicas para seu Enfrentamento”**, realizados em 2020. Ainda é possível acessar os **eventos** realizados pelo Observatório. Acompanhe!

2ª EDIÇÃO DO GLOSSÁRIO DAS DESIGUALDADES OBSERVATÓRIO DAS DESIGUALDADES DA UFRN

Ao longo dos meses de julho a outubro, disponibilizamos os verbetes da 2ª edição do Glossário das Desigualdades em seu canal no **youtube** e no **site**. Já estão disponíveis verbetes como Política Pública, Política Social, Ação Pública, Divisão Sexual do Trabalho, Ações Afirmativas, Capacitismo, Desigualdade Rural e Desigualdade Urbana. E há muita novidade pela frente! Acompanhe!

Dicas

Culturais

OBSERVADESIGUALDADES

Nesta 2ª edição do Boletim, nossas dicas foram construídas a partir do 2º Conversatório Descomplicando Gênero. Nelas, convidamos você para conhecer mais sobre o movimento LGBTQI+, por meio de uma lista de filmes de ficção, documentários e clips

A REVOLTA DE STONEWALL

EUA (2010)
DIREÇÃO: KATE DAVIS
DISPONÍVEL [AQUI](#)

O documentário aborda a revolta que originou o Dia do Orgulho LGBTQI+, apresentando como essa comunidade era hostilizada nos Estados Unidos. Um filme que ajuda a entender historicamente o contexto dos protestos em um momento de opressão e o quanto essas manifestações foram fundamentais para a construção dos direitos civis das pessoas LGBTQI+s nos Estados Unidos e, posteriormente, no mundo.

A MORTE E VIDA DE MARSHA P. JOHNSON

EUA (2017)
DIREÇÃO: DAVID FRANCE
DISPONÍVEL [AQUI](#)

Marsha era uma mulher transgênero, ativista dos direitos LGBTQI+ e fundadora da Revolução de Travestis de Rua (S.T.A.R. ou Revolução de Travesti de Rua) e desempenhou um papel fundamental na Revolução de Stonewall. Marsha era uma mulher transexual que enfrentava diretamente a violência. O documentário relata sobre sua vida e investigação da causa de sua morte.

LAERTE-SE

BRASIL (2017)
 DIREÇÃO: LYGIA BARBOSA
 DISPONÍVEL [AQUI](#)

Documentário sobre Laerte Coutinho, cartunista e chargista brasileira, que viveu até os 57 anos como o Laerte e, a partir de então, passou a identificar-se como a Laerte. De lá pra cá, ela vem realizando seu processo de ser mulher. O documentário aborda sua (des)construção de gênero, relação com o corpo, dentre outros temas.

BIXA TRAVESTY

BRASIL (2019)
 DIREÇÃO: CLAUDIA PRISCILLA E
 KIKO GOIFMAN
 DISPONÍVEL [AQUI](#)

O corpo político de Linn da Quebrada, cantora transexual negra, é o fio condutor do documentário, abrangendo desde sua presença no palco, quanto sua luta pela desconstrução de estereótipos de gênero, classe e raça.

FLUTUA

BRASIL (2017)
 INTERPRETAÇÃO: JOHNNY
 HOOKER (PART. LINIKER)
 DISPONÍVEL [AQUI](#)

O clipe pode ser visto como um curta (e a música, como poesia), abordando a luta e realidade das pessoas LGBTQIA+ em suas expressões de amor e sexualidade.

PRETXS VISIBILIDADE TRANS, IDENTIDADE DE GÊNERO E NEGRITUDE

VAIDAPE. (EPISÓDIO 3)
 BRASIL (2016)
 DIREÇÃO: FERNANDO RIBEIRO
 DISPONÍVEL [AQUI](#)

Episódio da série PRETXS, em que é possível conhecer um pouco sobre a vivência de um homem trans, chamado Fernando. Nele, são abordadas questões ligadas ao processo de formação da sua identidade de gênero, e da conexão com a sua identidade racial, discutindo acesso à saúde e educação da população trans periférica, além da invisibilidade da sigla “T”, representatividade na mídia e muito mais.

SPECIAL

EUA (2019)
 DIREÇÃO: RYAN O'CONNELL
 DISPONÍVEL [AQUI](#)

A serie, com duas temporadas, foi criada pelo protagonista Ryan O'Connell, tendo se inspirado nos fatos de sua própria vida. Ela conta a história de um jovem gay (Ryan) que teve paralisia cerebral ao nascer. Ao conseguir um estágio, temendo ser discriminado, Ryan mente que seu distúrbio de movimento era decorrente de um acidente de carro.

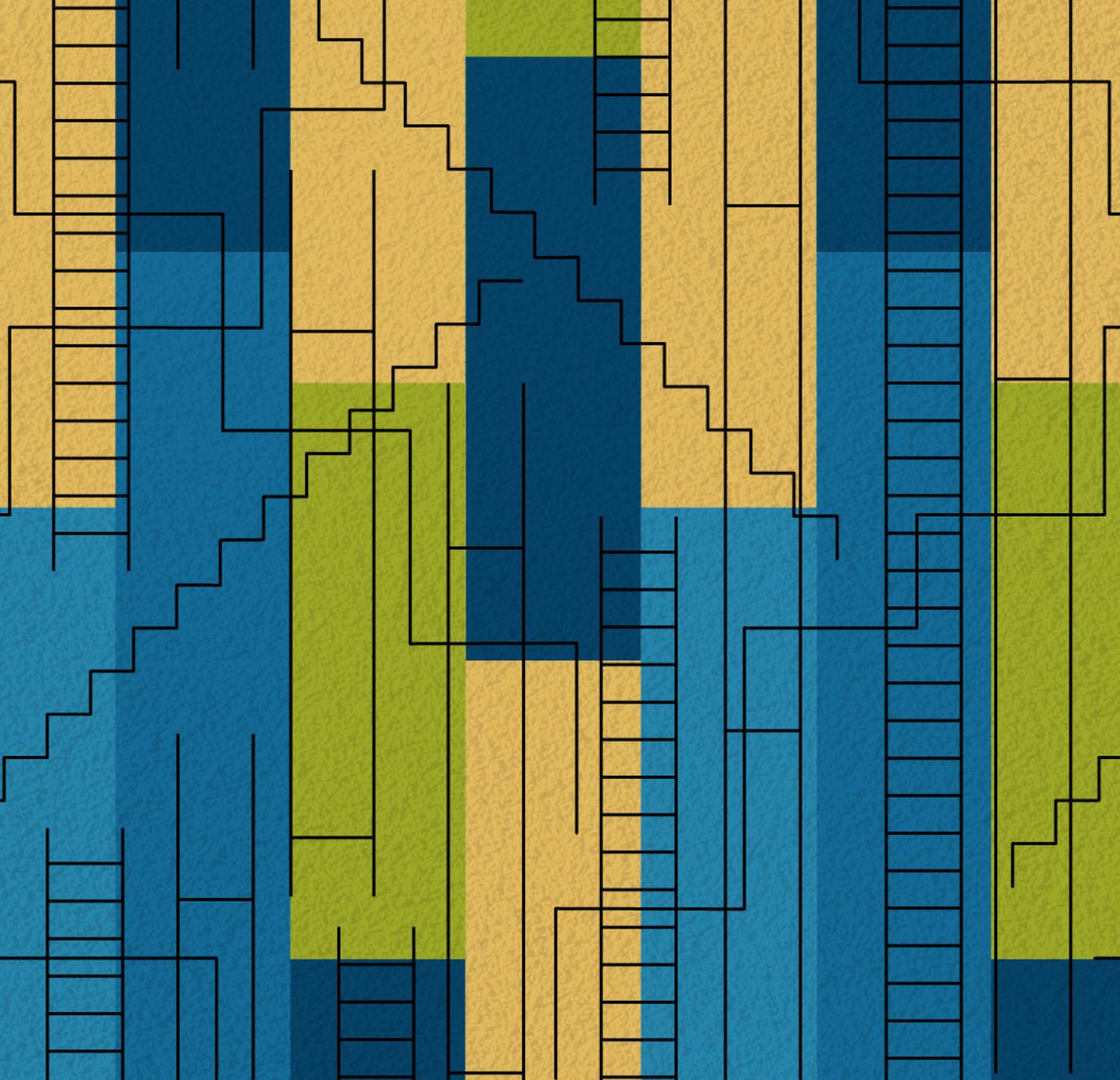
ORGULHO E ESPERANÇA

REINO UNIDO (2014)

DIREÇÃO: MATTHEW WARCHUS

DISPONÍVEL [AQUI](#)

Em 1984, durante o governo de Margaret Thatcher, ocorre uma greve de mineiros. Um grupo de ativistas homossexuais começa a trabalhar para arrecadar dinheiro para a família dos mineiros, o que parece constranger a União Nacional dos Mineiros. Os ativistas, no entanto, não desanimam e lutam para vencer os preconceitos e dar sua contribuição.



realização:



apoio:

